

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA PARA SUPERAÇÃO DE CRISES E SEU IMPACTO NA ECONOMIA NACIONAL

Rodrigo Henrique Mitsu da Silva¹
Murilo José Borges²

RESUMO

O trabalho avalia como a educação financeira pode preparar indivíduos para superar períodos de crises e como uma população financeiramente educada pode impactar na economia do país. Pela metodologia qualitativa e descritiva, fundamentou-se na exploração e identificação de fontes com leitura analítica para a compreensão dos conteúdos relacionados ao tema. Nos textos analisados, verificou-se que a educação financeira beneficia o indivíduo em diversos fatores, como redução da inadimplência, aumento da poupança e investimentos, menor desigualdade e maior bem-estar financeiro, o que consequentemente contribui a longo prazo para uma sociedade mais estável. Portanto, sugere-se o aprimoramento dos modelos teóricos para melhor direcionar analistas na formulação de programas educacionais, bem como uma revisão no papel do governo e suas instituições em conjunto com indivíduos a fim de alcançar o bem-estar financeiro.

Palavras-chave: Educação Financeira; Crises; Desigualdade; Bem-estar Financeiro.

ABSTRACT

This paper evaluates how financial education can prepare individuals to overcome periods of crisis and how a financially educated population can impact a country's economy. Through a qualitative and descriptive methodology, the study is based on the exploration and identification of sources with analytical reading to understand the contents related to the topic. The analyzed texts revealed that financial education benefits individuals in various ways, such as reducing default rates, increasing savings and investments, decreasing inequality, and enhancing financial well-being, which consequently contributes to a more stable society in the long term. Therefore, it is suggested to improve theoretical models to better guide analysts in the formulation of educational programs, as well as a review of the role of the government and its institutions in collaboration with individuals to achieve financial well-being.

Keywords: Financial Education; Crises; Inequality; Financial Well-being.

¹ Graduando do Curso Ciências Econômicas do Centro Universitário Cidade Verde (UniCV)

² Doutor em Ciências Econômicas e professor do Centro Universitário Cidade Verde (UniCV)

1. INTRODUÇÃO

Na mais recente crise sanitária e por consequência crise financeira mundial, a pandemia do Covid-19, o Brasil não foi exceção e, assim como muitos países, sofreu com a escassez de produtos e serviços originados pela necessidade de longos períodos de lockdowns pelo mundo todo. A falta de matéria prima e mercadorias desequilibrou toda a cadeia comercial, fazendo com que empresas recorrem a soluções provisórias do governo, prorrogação e parcelamento de tributos, demissões, cortes de gastos e até reinventar o modelo de negócio.

Em paralelo, do segundo semestre de 2019 até o terceiro trimestre de 2020 o Banco Central do Brasil havia retomado os cortes na taxa Selic, reduzindo-a de 6,40% a 1,90% neste período. Ainda em 2020, por um fenômeno que poderia ser explicado pela popularização de bancos digitais cujas contas remuneradas costumavam pagar 100% do CDI, muitos brasileiros puderam acompanhar seus rendimentos despencaram enquanto a crise do novo coronavírus causava um grande aumento nos preços dos produtos a partir de março daquele ano. A série histórica disponibilizada pelo IBGE mostra o IPCA acumulado de 12 meses subindo novamente de 1,88% a partir de maio e terminando 2020 com 4,52%. Nota-se ainda uma disparada de em 2021, terminando o ano com 10,06%.

Mas entre as tristes perdas de vidas e o crescimento da taxa desemprego algo interessante e positivo ocorreu naquele ano: A B3, bolsa de valores brasileira, divulgou um saldo recorde de 2 milhões de investidores pessoas físicas em abril, apesar da queda da renda da população naquele período. Dando um pequeno salto no tempo, publicações mais recentes da B3 informam a marca de 5 milhões de investidores em dezembro de 2022, o que representou um crescimento de 700% desde 2018, quando o número de investidores PF era de aproximadamente 700 mil.

Diante deste contexto, é relevante avaliar a capacidade da população de lidar com crises e tomar boas decisões financeiras. Assim, por objetivo, o estudo propõe verificar o estado da educação financeira no mundo e como o Brasil está posicionado em relação aos demais países, avaliando quais os benefícios para a sociedade e para a preparação do indivíduo para enfrentar períodos de crises financeiras. Adicionalmente é proposto verificar sobre a prevenção crises como complemento à mecanismos governamentais e às finanças pessoais, observada inclusive a possibilidade de evitá-las (Roubini e Mihm, 2010), e a importância da regulamentação e fiscalização de instrumentos financeiros por parte de um órgão ou governo eficiente (Versignassi, 2019).

Para tanto, utiliza-se da metodologia qualitativa e descritiva, fundamentando-se na busca exploratória para identificação de fontes e na leitura analítica para a compreensão dos conteúdos essenciais relacionados ao tema.

A hipótese que rege este estudo é que a educação financeira apresentada de forma simples e acessível, trazendo poucos, mas fundamentais princípios básicos, pode capacitar o indivíduo para explorar novos conceitos e ferramentas de acordo com sua necessidade e realidade, bem como estar apto a atingir o bem-estar financeiro.

Compreendem a estrutura deste trabalho além da presente introdução, três seções e uma conclusão. A primeira seção apresenta conceitos da educação financeira e como ela está inserida na contemporaneidade. Por meio de revisão bibliográfica, sugere-se estabelecer conceitos primordiais. A segunda seção apresenta dados e comparações entre o Brasil e o mundo. Na terceira seção são apresentadas as definições que colaboram para a identificação de crises, bem como a previsão e prevenção. Por fim, são apresentadas as considerações finais na conclusão.

2. FUNDAMENTOS E CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A abordagem convencional de finanças pessoais – poupança e decisões de consumo – se baseia na Teoria Econômica Clássica que assume que os indivíduos buscam suavizar sua utilidade marginal, isto é, uma pessoa racional e bem-informada vai consumir menos que sua receita em tempos de grandes ganhos para assim poupar para dar suporte ao consumo em tempos de receitas menores.

Porém essa abordagem sobre racionalidade na tomada de decisões financeiras foi questionada por Kahneman e Tversky (1983) ao trazer uma relação psicológica, surgindo então uma área interdisciplinar nas Ciências Econômicas chamada de Economia Comportamental. Nestes estudos, Kahneman e Tversky mostram que pelo contrário do proposto pela teoria clássica, é comum os indivíduos não entenderem e não conseguirem aplicar decisões racionais devido a influência de pensamentos intuitivos ligados às próprias preferências (Taioka, 2017), podendo estar moldado heurísticas e vieses como representatividade, ancoragem, excesso de confiança, status, ilusão de controle, entre outros.

Portanto, para a melhor tomada de decisões financeiras, as pessoas devem possuir uma boa educação no tema, mas isto tem um custo que nem todos têm acesso (Lusardi e Mitchell, 2014). Entre trabalhos citados por Lusardi e Mitchell estão o de Jappeli e Padula (2013), onde os autores concluem que a educação e bem-estar financeiro estão fortemente

relacionados com o ciclo de vida, com ambos crescendo até a aposentadoria e reduzindo após. Sugerem ainda que países com muitos benefícios sociais desencorajam a poupança e reduzem o investimento em educação financeira. Cabe então uma avaliação do ensino em finanças hoje e suas implicações.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA HOJE

O indivíduo é um importante componente de uma economia, pois o conhecimento é transferível de pessoa para pessoa, então alguém positivamente impactado pelo ensino de finanças pode colaborar para a transmissão deste conhecimento. Há também uma grande e positiva relação entre educação e bem-estar financeiro, onde pessoas que concluíram o ensino superior são mais prováveis de depender menos de empréstimos e de entrar no mercado de ações. Neste contexto, a educação financeira pode afetar o consumo, endividamento, investimentos, poupança e outros fatores, de escala micro para macro. Dados os possíveis impactos, é interessante avaliar as pesquisas recentes.

Várias pesquisas trazem avanços teóricos relevantes, mas não incorporam características chave como fatores demográficos, expectativa de vida, taxa de mortalidade, gastos com saúde, retorno de investimentos e previdência (Lusardi e Mitchell, 2014). Diante disso, se faz necessário elaborar um modelo de “ciclo de vida dinâmico periódico”, que colaborou para a simulação e permitiu examinar as implicações para a desigualdade e bem-estar financeiro. (Lusardi, Michaud e Mitchell, 2011, 2013). O modelo supracitado traz resultados importantes sugerindo que não é esperado que programas de educação financeira causem grandes mudanças de comportamento. Os motivos para que isto ocorra são a possibilidade de alguns programas não atingirem o público-alvo e ser mais interessante para as pessoas atenderem outras necessidades que não a educação em finanças. Vale ressaltar o trabalho de Jappeli e Padula (2013) que sugerem que países com muitos benefícios sociais desencorajam a poupança e reduzem o investimento em educação financeira, possivelmente o caso do Brasil. Outro ponto interessante citado por Lusardi e Mitchell sobre o trabalho de Calvet, Campbell e Sodini (2007, 2009) que avaliaram os investidores suíços e suas ações consideradas como erros. Trata-se de uma análise não diretamente ligada à mensuração do nível de educação financeira, mas pôde-se concluir que indivíduos mais pobres, menos educados e famílias imigrantes estavam mais propensos a cometer erros financeiros.

Neste cenário é necessário mensurar a educação financeira e para isso Lusardi e Mitchell modelaram um questionário padrão aplicado nos Estados Unidos e em outros

países, considerando três conceitos fundamentais:

- i. Capacidade de realizar cálculos relacionados a taxas de juros;
- ii. Entendimento de inflação;
- iii. Entendimento de diversificação de risco.

Estes conceitos associados a necessidade de critérios de simplicidade, relevância, brevidade e capacidade de diferenciação consolidam-se em três questões definidas por Lusardi e Mitchell (2008, 2011) a seguir adaptadas para português:

i. Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança cuja taxa de juros é de 2% ao ano. Após 5 anos, qual valor você acha que teria na conta se deixasse o dinheiro rendendo:

- 1) Mais que R\$ 102,00 (correta);
- 2) Exatamente R\$ 102,00;
- 3) Menos que R\$ 102,00;
- 4) Não sabe;
- 5) Não quer responder.

ii. Imagine que a taxa de juros de sua conta poupança era de 1% ao ano e a inflação foi de 2% ao ano. Depois de 1 ano você poderia comprar, com o dinheiro que está na conta:

- 1) Mais que hoje;
- 2) Exatamente o mesmo que hoje;
- 3) Menos que hoje (correta);
- 4) Não sabe;
- 5) Não quer responder.

iii. Você acha que a seguinte afirmação é verdadeira ou falsa? “Comprar apenas uma ação na bolsa de valores proporciona um retorno mais seguro do que investir em um fundo de ações.”

- 1) Verdadeira;
- 2) Falsa (correta);
- 3) Não sabe;
- 4) Não quer responder.

O questionário de Lusardi e Mitchell resultou numa tabela de análise de distribuição por categoria de conhecimento.

Tabela 1 – Proporção de respostas para o questionário realizado nos Estados Unidos

	Correta	Incorreta	Não sabe + Não respondeu
Taxa de juros	67,10%	22,20%	10,70%
Inflação	75,20%	13,40%	11,40%
Diversificação de risco	52,30%	13,20%	34,50%

Fonte: Adaptado de Lusardi e Mitchell (2014)

Tabela 2 – Comparativa mundial do questionário sobre educação financeira

Autores	País	Ano	Taxa de juros		Inflação		Diversificação de risco		Todos os 3 corretos	Pelo menos 1 DK	Número de Observações
			Correta	DK	Correta	DK	Correta	DK			
Fornero e Monticone (2011)	Itália	2007	40%*	28,2%*	59,3%*	30,7%*	52,2%*	33,7%*	24,9%*	44,9%*	3.992
Bucher-Koenen e Lusardi (2011)	Alemanha	2009	82,4%	11,0%	78,4%	17,0%*	61,8%	32,3%	53,2%*	37,6%	1.059
Lusardi e Mitchell (2011d)	EUA	2009	64,9%	13,5%	64,3%	14,2%*	51,8%	33,7%	30,2%*	42,4%	1.488
Crossan, Feslier e Hurnard (2011)	Nova Zelândia	2009	86,0%	4,0%	81,0%	5,0%*	27,0%	2%*	24%*	7,0%	850
Klapper e Panos (2011)	Rússia	2009	36,3%*	32,9%*	50,8%*	26,1%*	12,8%*	35,4%*	3,7%*	53,7%*	1.366
Sekita (2011)	Japão	2010	70,5%	12,5%	58,8%	28,6%*	39,5%	56,1%	27,0%*	61,5%	5.268
Alessie, VanRooij e Lusardi (2011)	Países Baixos	2010	84,8%	8,9%	76,9%	13,5%*	51,9%	33,2%	44,8%*	37,6%	1.655
Almenberg e Säve-Söderbergh (2011)	Suécia	2010	35,2%*	15,6%*	59,5%	16,5%*	68,4%	18,4%	21,4%*	34,7%*	1.302
Arrondel, Deblich e Savignac (2013)	França	2011	48%*	11,5%*	61,2%	21,3%*	66,8%*	14,6%*	30,9%*	33,4%*	3.616
Beckmann (2013)	Romênia	2011	41,3%	34,4%	31,8%*	40,4%*	14,7%	63,5%	3,8%*	75,5%*	1.030
Brown e Graf (2013)	Suíça	2011	79,3%	2,8%*	78,4%	4,2%*	73,5%*	13%*	50,1%*	16,9%*	1.500
Agnew, Bateman e Thorp (2013)	Austrália	2012	83,1%	6,4%	69,3%	13,0%*	54,7%	37,6%	42,7%*	41,3%	1.024

Fonte: Lusardi e Mitchell (2014)

Notas: “DK” indica os que não sabiam as respostas e * indica questões com formulação diferente de Lusardi e Mitchell.

A tabela 2 trata dos resultados das pesquisas em que se aplicaram questionários similares em doze países. Estes resultados trazem observações importantes como os destacados pelos autores, em que poucas pessoas puderam responder corretamente às três perguntas básicas sobre educação financeira, isto é, apenas 30% da população dos Estados Unidos e uma proporção similar para os demais países, ou seja, nota-se que mesmo em países com mercado financeiro bem desenvolvido, o conhecimento em finanças ainda é baixo. Cabe um destaque especial para questões específicas, por exemplo, países que acompanham o avanço da inflação têm pessoas mais aptas a responder à questão relacionada do que países que estão em períodos de deflação. Sobre a diversificação de risco, foi observada uma proporção maior de pessoas que responderam que “não sabem” em todos os lugares avaliados.

Vieira, Junior e Potrich (2019) reforçam em seu artigo que a alfabetização financeira é uma competência crítica atual e sua falta é um dos fatores que colabora para decisões

financeiras ruins. Dada a relevância do tema, eles propõem a criação e validação de um indicador de educação financeira, que por fim se apresentou adequado para uma avaliação em cinco níveis, sendo: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. As escalas mais baixas representam indivíduos que possuem conhecimentos básicos em finanças e à medida que se avança na escala, representam indivíduos que além dos conhecimentos básicos também passam a dominar alguns assuntos mais avançados.

O indicador se mostra importante para colaborar com a avaliação da situação atual e novas medidas que podem ser tomadas em relação à educação financeira. Porém, é interessante lembrar que por alfabetização financeira não se busca o domínio de todos os assuntos relacionados a finanças, mas mais importante, definir um ponto de partida básico de educação financeira, deixando claro aos indivíduos que há diversas opções de crédito, poupança e investimentos. Isto é, a criação de uma reserva de emergência não precisa ser necessariamente em uma conta poupança, mas pode ser em um CDB com rentabilidade de 100% do CDI com liquidez diária. O significado do crédito e sua utilização, como o uso adequado de um cartão de crédito que se encaixa no orçamento e que traz mais vantagens. E que investimentos não são necessariamente apenas para ricos ou empresas, sendo que há diversas opções além de ações.

Existem vários autores que tratam sobre educação financeira e investimentos, inclusive no Brasil. É muito comum a maioria das referências serem do gênero autoajuda ao invés de trazer uma abordagem científica, sendo que esta pode espantar leitores devido a uma abordagem mais técnica. Em especial pode-se citar Gustavo Cerbasi como uma das maiores, se não a maior, referência sobre educação financeira no Brasil, influenciando inclusive outros autores. Em “Como organizar sua vida financeira” (2015), Cerbasi disponibiliza uma leitura que se pode considerar como um equilíbrio entre a autoajuda e o científico, incentivando o leitor a se conhecer melhor, enquanto apresenta fórmulas que auxiliam no gerenciamento do patrimônio.

Portanto, ao se tratar de um ponto de partida básico de educação financeira, alguns tópicos apresentados por Cerbasi que devem ser considerados são: identificação e eliminação de dívidas, criação de uma reserva de emergência, considerar a contratação de seguros para proteção do patrimônio e começar a investir. Se considerar cada tópico como etapas, é facilmente perceptível que é necessário a conclusão de uma etapa para avançar para outra, isto é, a criação de uma reserva de emergência só se torna possível quando se tem as dívidas sob controle, assim como iniciar em investimentos só é viável quando se tem uma reserva de emergência ou uma grande parcela dela segura. Então a organização de um

orçamento, um planejamento e o conhecimento básico sobre as opções disponíveis para lidar com dívida, crédito e investimentos podem ser considerados um ponto de partida para um conhecimento básico em finanças e, a partir dele, o fácil aprofundamento em cada tema.

2.2 COMPORTAMENTO HUMANO

É comum, em educação financeira, tratar sobre compras por impulso ou decisões tomadas com base em crenças. As decisões financeiras nem sempre são racionais e as pessoas podem ser influenciadas por estímulos externos e internos, ou seja, desde o excesso de propaganda que pode causar ansiedade e influenciar na compra, mesmo que numa situação desfavorável para o comprador, até crenças limitantes que impedem um indivíduo de conhecer novas opções de investimento.

Ao contrário do que afirma a teoria econômica clássica sobre decisões financeiras, em que um indivíduo tende a tomar decisões racionais de modo a obter maior benefício possível, estudos mais recentes na área de economia comportamental trazem novas considerações. Segundo Sbicca (2014), Herbert Simon, Daniel Kahneman e Amos Tversky analisaram a relação entre heurísticas e vieses de comportamento, isto é, a forma como as informações foram e são apresentadas aos indivíduos podem afetar seu comportamento e acabam tomando decisões intuitivamente ao invés de usar a razão. Um exemplo de Kahneman e Tversky citado por Sbicca diz que a descrição pode determinar como são vistos os resultados, promovendo aversão ao risco ou apreciação ao risco. Se for dito a um paciente que um tratamento de alto custo pode lhe conceder uma chance de 20% de obter cura, é mais provável sua aceitação do que se apresentado que o mesmo tratamento tem 80% de chance de ser um fracasso.

Conclui-se que razões externas ou internas podem afetar as decisões dos indivíduos e a forma como alguns produtos ou serviços são ofertados influenciam as decisões, então o risco de uma pessoa sofrer um golpe ou de adquirir um produto financeiro desvantajoso devem ser considerados na educação financeira para melhor preparação das pessoas. Há também o aspecto cultural, como exemplo, em torno de 2,7% da população brasileira investe na bolsa de valores, enquanto aproximadamente 58% da população dos EUA investe no mercado de ações (Poder 360, 2023). No entanto, é preciso avaliar se, além do conhecimento, a situação econômica e administrativa do país proporciona opções de decisões aos seus cidadãos.

3. BRASIL E O MUNDO

Os portais de notícia já informam que o Brasil volta a se posicionar entre as 10 maiores economias do mundo. Segundo a matéria no G1 (01/03/2024), o IBGE divulgou um crescimento de 2,9% no Produto Interno Bruto (PIB)³³ de 2023 e com base nos dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil ultrapassou o Canadá e a Rússia e atualmente ocupa a 9ª posição no ranking das maiores economias do mundo, com um PIB de mais de US\$ 2,10 trilhões em 2023. A matéria publicada no O Antagonista (21/04/2024) enaltece ainda as projeções que foram divulgadas pelo FMI que colocam o Brasil como a 8ª maior economia do mundo ainda em 2024 com um crescimento previsto de 2,2%, superando a Itália. Apesar dos números positivos para o Brasil na visão macro, pode-se presumir que estes valores não significam nada para a população de classe média ou baixa.

No final de 2023 o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou projeções do PIB por meio do relatório World Economic Outlook (Perspectiva Econômica Mundial) um ranking das maiores economias mundiais (CNN Brasil, 2023):

Tabela 3 – Ranking por PIB projetado das maiores economias mundiais

Ranking	País	Projeção do PIB
1	Estados Unidos	US\$ 26,95 trilhões
2	China	US\$ 17,7 trilhões
3	Alemanha	US\$ 4,43 trilhões
4	Japão	US\$ 4,23 trilhões
5	Índia	US\$ 3,73 trilhões
6	Reino Unido	US\$ 3,33 trilhões
7	França	US\$ 3,05 trilhões
8	Itália	US\$ 2,19 trilhões
9	Brasil	US\$ 2,13 trilhões
10	Canadá	US\$ 2,12 trilhões
11	Rússia	US\$1.86 trilhão
12	México	US\$1.81 trilhão
13	Coreia do Sul	US\$1.71 trilhão
14	Austrália	US\$1.69 trilhão

³ O PIB é calculado por $Y = C + I + G + (X - M)$, onde C é o consumo, I é o investimento, G são os gastos do governo, X são as exportações e M são as importações. Há três formas de analisar o PIB, sendo estas o considerando como correspondente aos bens finais e serviços produzidos, a soma do valor adicionado na economia, ou a soma das rendas na economia, em um determinado período. O resultado é o mesmo. (Blanchard, 2001).

15	Espanha	US\$1.58 trilhão
16	Indonésia	US\$1.42 trilhão
17	Turquia	US\$1.15 trilhão
18	Holanda	US\$1.09 trilhão
19	Arábia Saudita	US\$1.07 trilhão
20	Suíça	US\$ 905 bilhões

Fonte: adaptado de CNN Brasil e FMI (2023).

A carta de conjuntura disponibilizada em 08 de abril de 2024 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o boletim Focus do Banco Central do Brasil (BCB) emitido em 12 de abril de 2024 trazem dados que reforçam as informações supracitadas, apresentando pequenos crescimentos nas projeções do PIB e reduções da inflação.

No relatório mais recente, observa-se a projeção positiva de crescimento para o Brasil, conforme mostram as figuras 2, 3 e 4.

Figura 1 – Projeções do crescimento anual do PIB⁴

(Real GDP, annual percent change)	PROJECTIONS		
	2023	2024	2025
World Output	3.2	3.2	3.2
Advanced Economies	1.6	1.7	1.8
United States	2.5	2.7	1.9
Euro Area	0.4	0.8	1.5
Germany	-0.3	0.2	1.3
France	0.9	0.7	1.4
Italy	0.9	0.7	0.7
Spain	2.5	1.9	2.1
Japan	1.9	0.9	1.0
United Kingdom	0.1	0.5	1.5
Canada	1.1	1.2	2.3
Other Advanced Economies	1.8	2.0	2.4
Emerging Market and Developing Economies	4.3	4.2	4.2
Emerging and Developing Asia	5.6	5.2	4.9
China	5.2	4.6	4.1
India	7.8	6.8	6.5
Emerging and Developing Europe	3.2	3.1	2.8
Russia	3.6	3.2	1.8
Latin America and the Caribbean	2.3	2.0	2.5
Brazil	2.9	2.2	2.1
Mexico	3.2	2.4	1.4
Middle East and Central Asia	2.0	2.8	4.2
Saudi Arabia	-0.8	2.6	6.0
Sub-Saharan Africa	3.4	3.8	4.0
Nigeria	2.9	3.3	3.0
South Africa	0.6	0.9	1.2
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	4.4	4.1	4.1
Low-Income Developing Countries	4.0	4.7	5.2

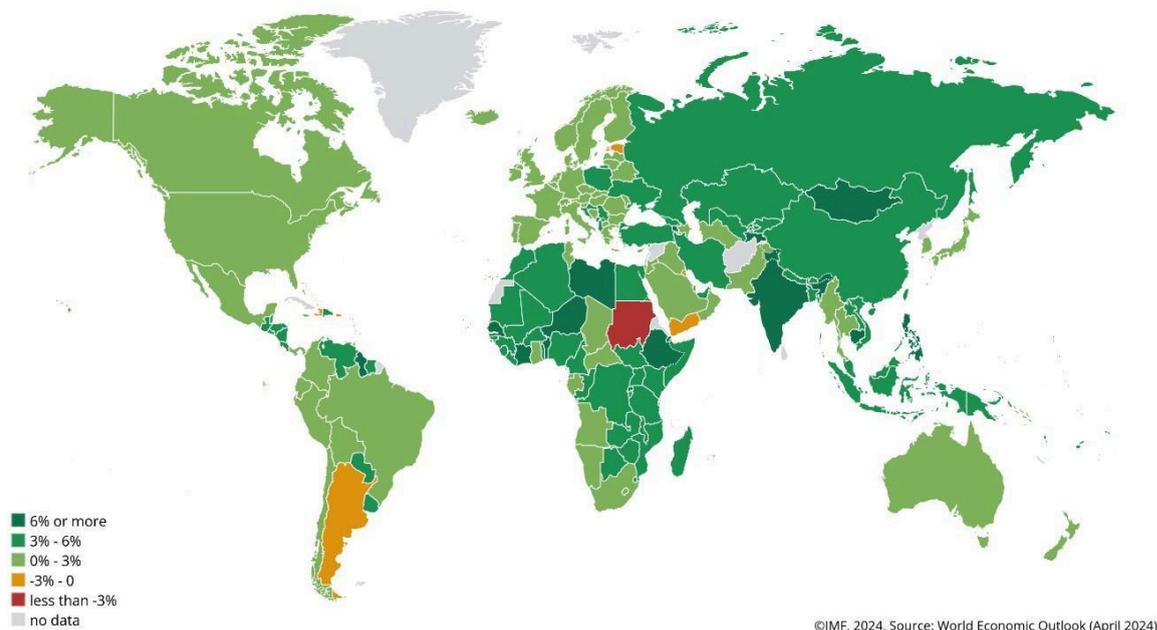
Fonte: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2024

⁴ Apesar de no Brasil o PIB ser calculado em Real (R\$), para uma análise comparativa no exterior o cálculo pode ser convertido para Dólar Americano (US\$) e ainda ser dado em percentual para comparação entre anos.

Figura 2 – Crescimento real do PIB anual, 2024

IMF DataMapper

Real GDP growth (Annual percent change, 2024)

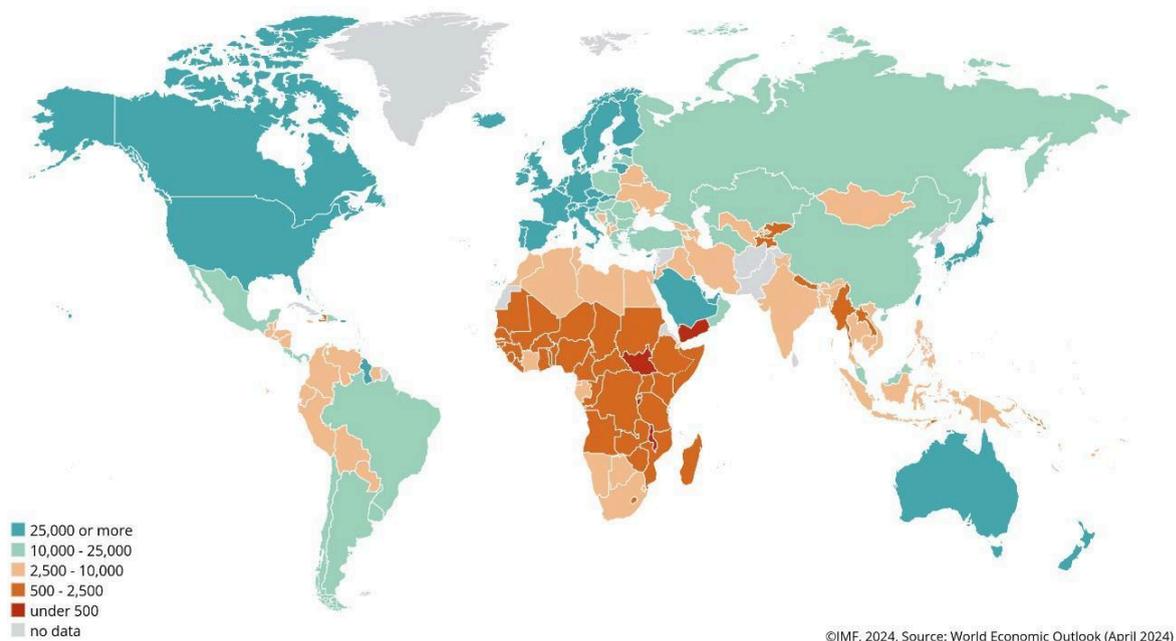


Fonte: FMI, World Economic Outlook – crescimento real do PIB, Abril de 2024

Figura 3 – PIB per capita mundial em dólar dos EUA, 2024

IMF DataMapper

GDP per capita, current prices (U.S. dollars per capita, 2024)



Fonte: FMI, World Economic Outlook (Abril de 2024).

A questão, porém, é como este crescimento é aproveitado. A figura 3 por exemplo mostra que o PIB per capita no Brasil equivale a posição de outras economias emergentes, ao contrário do que se observa sobre países desenvolvidos. Segundo o portal O Tempo (05/07/2023), o Brasil está no ranking dos 30 países com maior carga tributária, mas vem em

última posição entre os que mais dão retorno para a população. Os dados com base nos estudos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) mostram uma variação crescente da carga tributária sobre a renda de 36,98% até 40,82% entre os anos de 2003 e 2021, destacando ainda que atualmente o brasileiro trabalha em média 4 a 5 meses para pagar tributos. Trata-se de uma arrecadação muito alta que lesa principalmente a população de baixa renda cujo poder de compra é muito inferior. Apesar disso, segundo o IBPT (2021), a população brasileira está ciente da importância da tributação para o funcionamento do Estado, sendo o descontentamento e questionamento relacionado à falta de retorno.

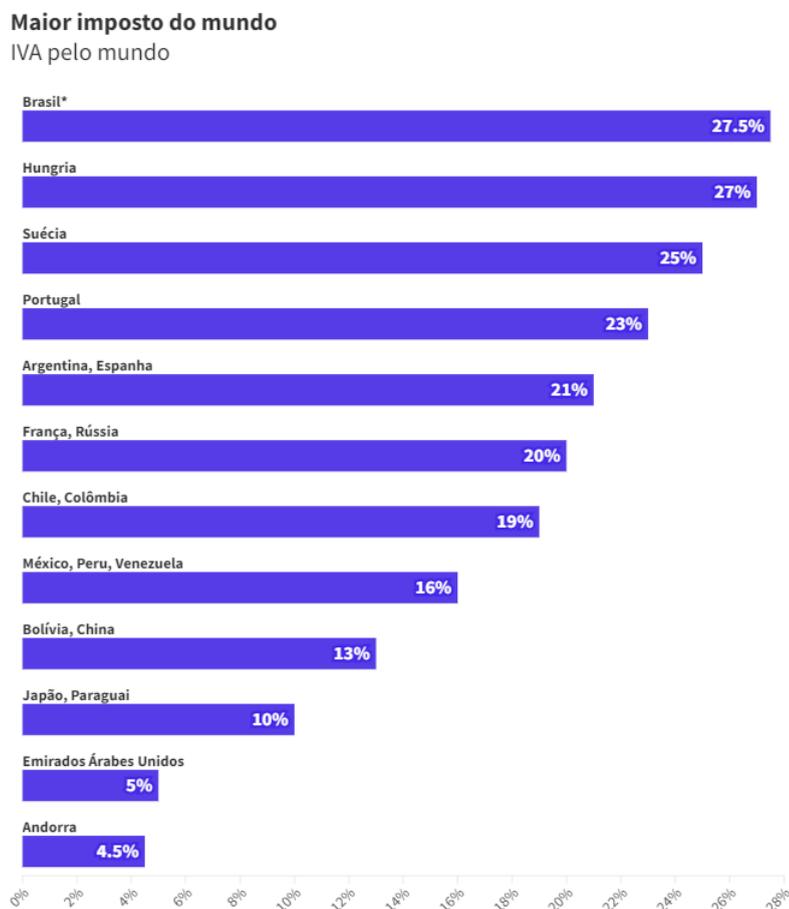
Tabela 4 - Ranking de 30 países com maior carga tributária

Posição	País
1	Irlanda
2	Austrália
3	Suíça
4	Estados Unidos
5	Coréia Do Sul
6	Japão
7	Canadá
8	Nova Zelândia
9	Reino Unido
10	Israel
11	Noruega
12	Espanha
13	Alemanha
14	Islândia
15	República Tcheca
16	Eslováquia
17	Eslovênia
18	Uruguai
19	Argentina
20	Luxemburgo
21	Áustria
22	Dinamarca
23	França
24	Suécia
25	Grécia
26	Finlândia
27	Hungria
28	Bélgica
29	Itália
30	Brasil

Fonte: O Tempo, com base nos dados da OCDE e PNUD (2023).

Por fim, é importante perceber que uma alta carga tributária sem um retorno adequado traz grandes prejuízos, desde o descontentamento da população até a perda de oportunidades para crescimento. Observa-se, por exemplo, que o Brasil é muito dependente do transporte rodoviário, enquanto os setores ferroviários e portuários sofrem com falta de investimento e manutenção, são sucateados. A dependência excessiva no setor rodoviário traz diversos pontos negativos, como congestionamentos, aumento de custos e atrasos, tornando o sistema, que também sofre com a falta de manutenção das rodovias, mais vulnerável (IBL, 2024). Vale realçar que este tema se destaca pela importância de facilitar o escoamento da produção, portanto, investimentos em portos de forma estratégica e eficiente são fundamentais para o crescimento do país por se tratar da principal via com o comércio internacional. Então é questionável a forma de como os tributos são administrados, visto que setores básicos para crescimento que consequentemente trariam benefícios à população ficam abandonados. Como se não bastasse, a aprovação do IVA no Brasil traz previsões de que seja a maior alíquota do mundo.

Figura 4 – Representação de maiores percentuais de carga tributária no mundo



Fonte: CNN Brasil com base nos dados da OCDE (2023)

3.1 NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Atualmente, com várias opções de escolha de consumo e investimentos, o conhecimento em finanças se torna uma habilidade fundamental, que permite indivíduos a tomar melhores decisões de poupança e consumo, ajudando a evitar golpes e incentivando a melhor administração das finanças pessoais para alcançar um objetivo de longo prazo.

Um dos trabalhos mais importantes sobre educação financeira é a pesquisa periódica realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qual é composta por 38 países, que incluem 20 membros da OCDE e 8 países do G20. Estas pesquisas ou enquetes coordenadas são realizadas desde 2009 e aprimoradas até hoje.

“A educação financeira é definida pela OCDE como uma combinação de características, sendo elas consciência financeira, conhecimento, habilidades, atitudes e hábitos necessários para tomar boas decisões financeiras e alcançar o bem-estar financeiro.” (OECD, 2023)

Com base nisto, o questionário da OCDE é estruturado de forma a avaliar cada uma destas características, desde cálculo de juros simples e compostos para conhecimento em finanças; atitudes que tomaria em relação a poupança e consumo; análise de hábitos do cotidiano para administração e poupança; finanças digitais em relação a criptomoedas, redes sociais e compras online; o bem-estar financeiro de forma geral para análise da relação do indivíduo com o dinheiro; por fim, questões complementares sobre uso de produtos de investimento, aposentadoria, relação com o crédito e cuidado com fraudes.

As pontuações geradas pelos questionários, de 0 a 20, são reescaladas de 0 a 100. Desta forma, a OCDE apresenta, aqui adaptado na tabela 5, uma visão geral. A pontuação média está em 63, enquanto o Brasil apresenta 60 pontos e a pontuação mínima requerida é de 70 pontos. Os dados do Brasil foram coletados pelo Banco Central, no período de 13 de março a 10 de Abril de 2023, por entrevistas de 2000 pessoas.

Tabela 5 – Distribuição de pontuação do questionário da OCDE realizado em 2023

País ou Economia	Conhecimento em finanças (de 35 pontos)	Hábitos (de 45 pontos)	Atitudes (de 20 pontos)	Educação financeira (de 100 pontos)
Albânia	20	23	13	56
Brasil	19	30	11	60
Camboja	15	24	10	49
Chile	22	24	10	56
Costa Rica	21	26	10	56
Croácia	25	27	11	62
Chipre	25	20	10	56
Estônia	27	27	12	67

Finlândia	24	28	12	65
França	23	27	12	62
Alemanha	30	33	13	76
Grécia	23	28	11	61
Hong Kong (China)	32	27	11	70
Hungria	26	20	11	58
Indonésia	13	32	11	57
Irlanda	25	33	12	70
Itália	18	23	11	53

País ou Economia	Conhecimento em finanças (de 35 pontos)	Hábitos (de 45 pontos)	Atitudes (de 20 pontos)	Educação financeira (de 100 pontos)
Jordânia	20	29	10	58
Coréia	26	30	11	67
Letônia	20	27	11	59
Lituânia	19	28	9	56
Luxemburgo	25	30	13	68
Malásia	22	29	10	61
Malta	21	35	13	68
México	20	28	11	60
Países Baixos	23	29	12	64
Panamá	19	25	10	55
Paraguai	19	20	10	50
Peru	20	24	12	56
Filipinas	17	30	12	58
Polônia	25	27	10	62
Portugal	21	30	13	63
Romênia	17	25	12	54
Arabi Saudita	20	34	7	61
Espanha	23	27	14	64
Suécia	25	28	13	66
Tailândia	24	32	15	71
Uruguai	22	26	10	58
Iêmen	17	19	6	42
Média Geral	22	27	11	60
Média OCDE	23	28	12	63

Fonte: adaptado de OECD/INFE 2023 Survey of Adult Financial Literacy.

É importante notar que o Brasil possui índice próximo aos de países europeus, como França, Portugal, Polônia, Grécia, Croácia e Finlândia, sendo este último considerado um dos países mais felizes do mundo (World Happiness Report, 2023). A pontuação de conhecimento em finanças é abaixo da média, mas a pontuação relacionada a hábitos supera a média, indicando que os brasileiros estão conscientes com relação aos critérios colocados pela OCDE sobre hábitos que são: acompanhamento de finanças pessoais a curto prazo, realizar alguma forma de poupança nos últimos 12 meses, não realizou empréstimos para cobrir gastos, analisa cuidadosamente na hora de fazer compras, faz pagamentos pontuais, entre outros. Porém, quando se trata de atitudes o Brasil fica na média, cujos critérios avaliados são as decisões de gastar antes de poupar a longo prazo e “viver o hoje sem se

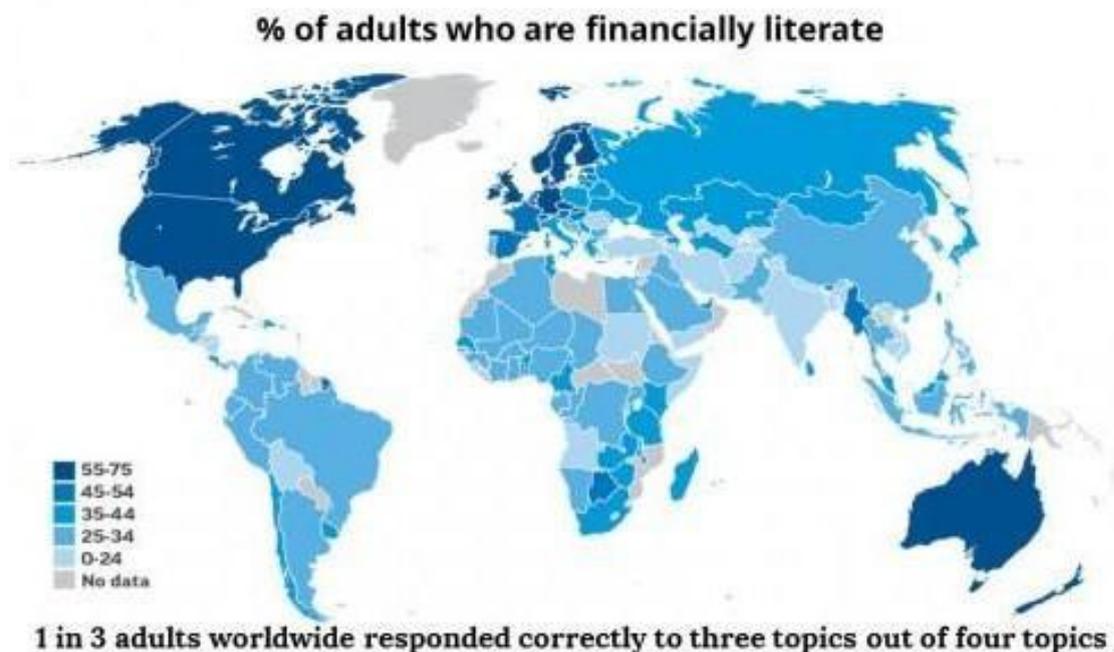
preocupar com o amanhã”.

Comparando com outra pesquisa, agora da Global Financial Literacy Excellence Center (GFLEC) que tem como fundadora e diretora acadêmica a própria Annamaria Lusardi, coautora da pesquisa supracitada no tópico 1. O método é similar ao trabalho de Lusardi e Mitchell, cujas questões avaliam conhecimentos sobre diversificação de risco, inflação, numeracia e juros compostos, consolidadas no S&P Global Finlit Survey.

O questionário mostra que apenas 33% dos adultos do mundo são financeiramente educados em comparação aos 57% dos Estados Unidos. De forma geral, 35% dos homens são financeiramente educados, enquanto as mulheres representam 30%. Isto mostra que o nível de educação financeira no mundo é baixo, diversificação de risco é o conceito menos entendido e os jovens são os grupos mais vulneráveis, portanto requerem programas de ensino em finanças.

Como pode ser observado na figura 5, o Brasil apresenta a faixa de 25 a 34% dos adultos financeiramente educados, isto é, o percentual de adultos que responderam corretamente pelo menos 3 das 4 questões. Esta pesquisa da GFLEC foi realizada em 2014.

Figura 5 - Percentual de adultos financeiramente educados no mundo



Fonte: S&P Global FinLit Survey (2014).

Considerando que apenas 30% dos adultos atingiram a pontuação mínima de educação financeira avaliada pela OCDE e comparando com o resultado da GFLEC, mesmo com quase 10 anos de diferença entre as pesquisas, pode-se concluir que no Brasil

predomina o número de pessoas com baixo conhecimento em finanças e que, apesar de bons hábitos ou experiência, há dificuldades de aplicação ou desenvolvimento, isto é, aqueles que têm conhecimento não estão conseguindo aplicar o que sabem adequadamente. Isto leva à necessidade de avaliar se o ensino está adequado ao mundo contemporâneo, sobre políticas e poder de compra.

Por fim, é observado atualmente no Brasil que os currículos do ensino fundamental e médio preveem o ensino de finanças pessoais, mas é difícil garantir um efeito positivo dada a dificuldade por falta de infraestrutura e de interesse. Existem diversas instituições que auxiliam na promoção da educação financeira, como bancos, associações, empresas e o próprio ministério da fazenda, mas de algum modo esses meios não se popularizaram como poderiam, o que reforça a importância da evolução contínua do tema e sua divulgação em diversos meios disponíveis.

3.2 PIB, DESEMPREGO, INFLAÇÃO E ENDIVIDAMENTO

O PIB é a medida utilizada para analisar o desempenho de uma economia. Sua fórmula é composta por elementos influenciados pela cultura da população. Observando estes componentes, certamente é perceptível que a educação financeira pode impactar no resultado com base em sua influência sobre o consumo, melhores práticas para investimentos, controle em finanças, entre outros fatores. Mas é seguro afirmar que por diferença de proporções, um impacto positivo na economia do país seria resultado de anos de “ajuste cultural” com estímulos à poupança e consumo consciente. Altos níveis de produção podem se tornar insignificantes sem uma estratégia adequada, então uma população consciente deve influenciar positivamente a administração de recursos de acordo com seus interesses.

O aumento da renda ou uma baixa taxa de desemprego eleva o consumo, que por sua vez eleva a inflação, isto é, com o aumento da demanda, os preços tendem a subir. Neste sentido, busca-se um ponto de equilíbrio para manter a inflação sob controle, considerando que uma alta taxa de inflação torna-se difícil de remediar, levando o governo a tomar medidas de estabilização que podem dar sequência a um período de recessão. Uma alta taxa básica de juros reduz a movimentação do mercado, baixando a demanda, devido ao aumento no custo do crédito. Como consequência, pessoas e empresas deixam de procurar por empréstimos e passam a gastar menos. Por outro lado, em períodos de recessão e com aumento na taxa de desemprego, algumas pessoas podem se endividar na busca por manter

seus compromissos, ou pelas simples necessidades básicas de consumo.

Ao avaliar a educação financeira neste contexto, ela pode ser uma ferramenta para preparação de um indivíduo para que entenda em qual cenário está enquadrado, quais as tendências da economia e quais atitudes pode tomar. Não é, porém, uma solução única, pois é questionável onde aplicar o conhecimento em finanças por parte de um indivíduo que não tem oportunidade de obter uma renda que lhe garanta algo além do existencial, limitando a possibilidade de ascensão social por meio da educação ou empreendedorismo. No Brasil, onde há baixo poder de compra, uma grande parcela da população se beneficia de programas do governo que são questionáveis, pois apesar de garantir recursos para sobrevivência, não possuem um objetivo e acompanhamento claro para a solução do problema, não prevê etapas a se avançar, de modo a tornar as famílias independentes. Trata-se da manutenção do problema e não de sua eliminação. Conclui-se, portanto, que um impacto positivo na economia se daria pela atuação conjunta e honesta do indivíduo e do governo.

4. CRISES FINANCEIRAS: DEFINIÇÃO E ORIGENS

Crises, por definição, são períodos complexos e desgastantes. Estes períodos podem ter origem por diversos motivos, como desastres naturais, guerras e doenças. Quando se trata de crises financeiras, além de poderem ser geradas pelos motivos citados, também podem ser fruto de simples má administração, negligência ou corrupção. As crises financeiras podem ser observadas no ambiente micro e macro, isto quer dizer, desde uma crise individual, de uma pessoa ou família que passa por dificuldades financeiras, até uma crise sistêmica, que pode afetar todo um país. Para entender melhor as crises é importante observar como uma economia saudável se comportaria.

Comparar a economia do Estado com finanças familiares é complexo, mas pode-se chegar a algumas conclusões óbvias. O principal objeto de estudo da economia é a escassez, os recursos são escassos, não se pode obter tudo. Portanto, é necessário resiliência, logo, é comum observar indivíduos ou um conjunto familiar se adaptando às mudanças em seu ambiente econômico. Se, por exemplo, os custos dos alimentos aumentarem, é necessário reduzir outros gastos para compensar esta perda de poder de compra de alimentos. Assim como técnicas citadas no tópico 1.1, a redução de gastos e a procura por novas fontes de renda são fundamentais para atingir o bem-estar financeiro. Para o governo não é diferente, existe um acompanhamento de receitas e despesas, mas não necessariamente um controle eficiente. O governo tem mecanismos capazes de mudar o futuro da economia, mas estes

mecanismos mal aplicados, ou não aplicados, pode interferir negativamente no sistema financeiro do país. Isto realça a importância do conhecimento técnico nas instituições do Estado para sua manutenção e desenvolvimento, visto que, assim como no orçamento familiar, a situação econômica de um país pode ser considerada boa quando se atinge um nível de bem-estar financeiro, que no caso de um país depende de vários fatores, como a relação dívida-PIB, taxa de desemprego, inflação controlada, estabilidade de preços, política e social, entre outros. O nível de produção de um país é um fator fundamental.

Na ótica macro, Azevedo (2021) organiza e apresenta em “A mão invisível do mercado”, os conceitos chave da obra “A Riqueza das Nações” de Adam Smith, que defendia a interferência mínima do Estado na economia. O mercado se auto ajusta rumo a maior produção, proporcionando aumento do consumo e bem-estar da população. Partindo desta ideia, definindo mercado como a união de vários setores de uma economia, desde trabalhadores até empresas privadas e estatais, o mercado visto como um grande organismo vivo pode ser comparado com um conjunto familiar se adaptando à escassez, se tornando resiliente para buscar diferentes soluções para manter ou aumentar o nível de produção e consequentemente o lucro. Olhando de forma simplificada a definição de Adam Smith para o princípio do sistema comercial, pode-se imaginar um valor aleatório de reserva de ouro para cada nação e aquela que obtém maior bem-estar financeiro é a que possui mais riquezas. Há uma dinâmica necessária para o enriquecimento de uma nação por meio da produção e do comércio, assim surgem mecanismos do estado como taxas de câmbio e as restrições sobre importações e exportações. Economias fechadas e que não se modernizam facilmente se empobrecem e prejudicam a população, portanto, é fundamental acompanhar a atuação do governo e o desempenho econômico. Um país de economia aberta e disposto a investir em novas tecnologias proporciona maior possibilidade de crescimento econômico e bem-estar financeiro para a população.

O estado não produz nada exceto impostos para seu próprio funcionamento e o seu funcionamento gera diversas ações que podem ser benéficas ou malélicas. Para prever e solucionar crises o estado precisa ser eficiente e essa eficiência se obtém por administração responsável e com conhecimento técnico. Ao avaliar hoje a crise do subprime de 2008 verifica-se um aumento no número de especialistas favoráveis à ideia da previsibilidade de crises. Em oposição ao pensamento, que há duas décadas era predominante de que crises eram eventos considerados imprevisíveis, Roubini e Mihm (2010) afirmam que estes eventos são, na verdade, regulares e de relativa facilidade de previsão e compreensão. Segundo Roubini e Mihm, “a maioria das crises começa com uma bolha econômica, na qual

o preço de um ativo ultrapassa seu valor real”. A falha das instituições em monitorar e criar mecanismos para evitar o colapso econômico é o que agrava estes cenários quando estas bolhas “estouram”.

A Crise de 1929, conhecida como a Grande Depressão, também se iniciou com a especulação de ativos como um de seus fatores. Os Estados Unidos passavam por um período de grande produção industrial fornecendo principalmente os países europeus após a Primeira Guerra Mundial, mas com a reconstrução destes países, a demanda pela importação das indústrias dos Estados Unidos diminuiu, causando queda no preço das ações, acúmulo de produtos e baixo consumo, conseqüentemente o aumento do desemprego e a falência de vários bancos e empresas. A crise foi tão grave que afetou o mundo todo, se tornando um dos fatores que ocasionou a Segunda Guerra Mundial. Neste mesmo período o governo brasileiro se viu obrigado a queimar grãos de café afim de manter os preços que estavam despencando, quando o Brasil passava por recordes de produção. Segundo Alexandre Versignassi (2019), o erro do governo dos EUA foi não ter intervindo antes. A Crise do Subprime de 2008 foi resultado de alavancagem de preços de ativos que eram os títulos de financiamentos hipotecários. A alavancagem se dava pelo aumento constante nos preços de imóveis e a possibilidade de refinanciamento hipotecário, mas quando os preços dos imóveis começaram a cair e a inadimplência a aumentar, grandes bancos que eram maiores detentores destes títulos começaram vir a falência, iniciando outra crise financeira mundial. Desta vez, porém, o governo interveio injetando dinheiro na economia por meio da compra de títulos e empréstimos, o que evitou o agravamento da crise.

As crises financeiras também podem surgir de outras causas já citadas, como guerras e pandemias. Alguns eventos são tão complexos que são necessárias várias ações para chegar a uma solução e estas ações partem do governo, enquanto a população em geral normalmente tem pouca influência sobre os cenários de crise, mas podem ter ferramentas para enfrentá-los. Os governos podem atuar como principais agentes na resolução de crises financeiras, portanto, é importante avaliar com cautela os limites de intervenção do Estado.

4.1 CRISES FINANCEIRAS: PREVISÃO, PREVENÇÃO E FERRAMENTAS

Algumas crises mais recentes trazem exemplos da necessidade de intervenção do Estado. Em março de 2020 a Inglaterra muda de posicionamento em relação a política de lockdown para o enfrentamento da pandemia do Coronavírus com base em estudos científicos apontando para um colapso do sistema de saúde. Desde 2021 há um grande risco

de crise mundial originado a partir da falência de uma grande incorporadora do setor imobiliário chinês chamada Evergrande, sobre a qual os tribunais chineses devem reconhecer a falência e prosseguir com a liquidação da empresa que deve mais de 300 bilhões de dólares. A maior parte dos empréstimos da Evergrande é originado de instituições financeiras chinesas, portanto, sua inadimplência pode afetar todo o sistema de financiamento chinês, prejudicando outras empresas do setor imobiliário e relacionadas, como exportadoras de minério, inclusive do Brasil, causando paralisação de atividades no mundo todo. Em 2024 completou 2 anos de invasão da Rússia na Ucrânia e o conflito se arrasta sem perspectiva de negociações e com o envolvimento de diversos países. Estes são alguns exemplos de eventos que afetam ao mundo todo levando a crises econômicas, isto é, perda do poder de compra, aumento de preços, aumento do desemprego, entre outros sintomas.

Atualmente há uma crescente nas pesquisas relacionadas a possibilidade de prever recessões. Em seu artigo, Liana Bohn e Newton Paulo Bueno testam para o Brasil uma abordagem derivada de outras áreas de pesquisa como a Física, onde a partir da série de desemprego, avaliam por análise fractal e análise discriminante, indícios de mudança de sua tendência e identificar séries que se relacionam com a série do desemprego. Os testes realizados pelos autores apresentam evidências que a aceleração do desemprego no Brasil é precedida por aproximadamente 1 ano de queda dos salários-mínimos reais e aumento das importações. Entre algumas explicações possíveis, os autores citam que um aquecimento excessivo da economia poderia levar o governo a tomar medidas para conter este crescimento, ou seja, a inflação provocada por alta demanda seria contida pela elevação da taxa Selic. Autores já citados, como Roubini, Mihm e Versignassi, apontam que o crescimento excessivo da economia pode causar expectativa e confiança exagerada no mercado. A aceleração econômica em si não é de forma alguma negativa, mas a alta expectativa que a acompanha serve de preocupação justamente para que se crie mecanismos de fiscalização afim de evitar o surgimento de bolhas financeiras.

É interessante avaliar, portanto, a atuação do governo e suas instituições com suas ferramentas para prevenção de crises ocasionadas pelo mercado financeiro, seja por produtos de investimento ou soluções financeiras mirabolantes. Mas é importante lembrar que há variáveis que também são responsáveis por aumento da inflação, como aumento de custo de produção, maior emissão de moeda ou gastos do governo. Um desequilíbrio no controle da inflação certamente afeta o poder de compra e pode causar um período de recessão. A hipótese da possibilidade da construção de algoritmos para prever crises econômicas é

contrária ao ponto de vista de muitos economistas influentes que acreditam na eficiência de mercados (Bohn e Bueno, 2015), mas como Liana e Newton propõe, a análise que realizaram pode se beneficiar das novas e crescentes técnicas de análise de dados, observado que sua análise se baseia na correlação entre séries macroeconômicas e, portanto, colaborar para identificar sinais de crises econômicas e em alguns casos sugerir políticas para mitigar seus efeitos, o que é justamente o sugerido por Roubini e Mihm.

5. CONCLUSÃO

Diante das análises apresentadas, nota-se papel fundamental da educação financeira como uma ferramenta de conscientização sobre conceitos básicos essenciais, tendências econômicas e políticas governamentais. Uma pessoa alfabetizada financeiramente estará apta a tomar a melhor decisão que a permite alcançar o bem-estar financeiro, isto é, um ponto de estabilidade que pode variar para cada pessoa, mas essencialmente se trata de suficiência. Tratar educação financeira como capital humano é aceitá-la como uma habilidade essencial para os dias atuais. Com o mercado de trabalho cada vez mais competitivo e a alta velocidade com que é compartilhada as informações pelas redes sociais ou internet como um todo, a educação financeira proporciona outras habilidades e discussões políticas.

É importante observar, no entanto, que políticas governamentais tem papel fundamental na estabilização e desenvolvimento econômico, portanto, políticas mal aplicadas e outros problemas administrativos podem prejudicar a população. Nota-se a importância de avaliar a atuação do governo junto a outras instituições de modo a proporcionar à população o mínimo necessário para alcançar o bem-estar financeiro, isto é, além da educação financeira, é fundamental o desenvolvimento de uma sociedade com menos desigualdades e poder de compra adequado para garantir a oportunidade de desenvolvimento individual. Neste contexto, é observado que países com problemas administrativos, cujas soluções para problemas sociais são programas populistas, podem, na realidade, prolongar um problema ao invés de providenciar uma solução. Tais programas, se não aplicados com objetivo claro e de forma eficiente, geram vantagens políticas para seus principais interessados, mas não resolvem o problema da falta de alfabetização financeira. Esta questão associada ao retorno precário ou nenhum retorno vindo de altos tributos prejudica a população, mas principalmente as classes mais pobres, cujo poder de compra é inferior e sofrem a desvantagem no acesso à educação e saúde de qualidade. A infraestrutura

do sistema ao todos pode ser encontrada fragilizada, com falta de segurança, instituições com serviços precários e a própria logística ineficiente.

Portanto, é seguro afirmar que, apesar do papel fundamental da educação financeira como conhecimento essencial atualmente, uma habilidade necessária para desenvolvimento em várias áreas e a capacidade de preparar os indivíduos para superar crises, a atuação do governo e suas instituições em conjunto é igualmente importante para se obter estabilidade econômica e possibilitar que a população possa alcançar o nível desejado de bem-estar financeiro. Diante dessas observações, nota-se que é necessário o contínuo aprimoramento em educação financeira em conjunto com a maior participação da população na política, a fim de preservar seus interesses. Nota-se ainda a oportunidade de aprimorar técnicas utilizadas para avaliar o nível de educação financeira e a identificar crises, campos ainda em desenvolvimento que podem contar com maior participação de economistas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Leticia Mary Fernandes. IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. 2010. Brasil escala ranking mundial das maiores cargas tributárias. Disponível em:<<https://www.ibpt.com.br/brasil-escala-ranking-mundial-das-maiores-cargas-tributarias/>>. Acesso em: 22/04/2024.

AMARAL, Gilberto Luiz; OLENIKE, João Eloi; AMARAL, Leticia Mary Fernandes; YAZBEK, Cristiano Lisboa. IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. 2021. Estudo – Quantos dias o brasileiro precisa trabalhar para pagar seus impostos? Disponível em:<<https://www.ibpt.com.br/estudo-dias-trabalhados-2021/>>. Acesso em: 22/04/2024

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. 2023. Cresce o número de investidores brasileiros em 2022 e perspectiva para 2023 é de novo aumento. Disponível em:<https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/cresce-numero-de-investidores-brasileiros-em-2022-e-perspectiva-para-2023-e-de-novo-aumento.htm>. Acesso em: 01/04/2024.

AZEVEDO, André Filipe Zago. A mão invisível do mercado / Adam Smith. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

B3 – Bolsa de Valores do Brasil. 2024. Nossos investidores. Disponível em:<https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/perfil-pessoas-fisicas/perfil-pessoa-fisica/>. Acesso em: 01/04/2024.

B3 – Bolsa de Valores do Brasil. 2023. Número de investidores na B3 cresce 34% em renda fixa e 23% em renda variável em 12 meses. Disponível em:

<https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/numero-de-investidores-na-b3-cresce-34-em-renda-a-fixa-e-23-em-renda-variavel-em-12-meses.htm>. Acesso em 01/04/2024.

BACEN - Banco Central do Brasil. 2024. Focus – Relatório de Mercado – 19/04/2024. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>>. Acesso em: 22/04/2024.

BASTOS, Estêvão Kopschitz Xavier. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2024. Boletim de expectativas – abril de 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2024/04/boletim-de-expectativas-abril-de-2024/>>. Acesso em: 22/04/2024.

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia: teoria e política econômica. Tradução: Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BOHN, Liana; BUENO, Newton Paulo. Um procedimento para prever recessões no Brasil a partir de indicadores antecedentes. Estud. Econ. 45(1) Mar 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-4161201545115lbn>>.

BRASIL. Câmara dos Deputados, 2024. Aumento do salário-mínimo em 2024. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/1032204-aumento-do-salario-minimo-em-2024-novo/>>. Acesso em: 25/01/2024.

Brasil rumo a 8ª maior economia mundial em 2024, segundo FMI. O Antagonista, 21/04/2024. Disponível em: <<https://oantagonista.com.br/brasil/brasil-rumo-a-8a-maior-economia-mundial-em-2024-segundo-fmi/>>. Acesso em: 22/04/2024.

Câmara aprova reforma tributária e cria nova forma de cobrar impostos no país, o IVA. G1, 16/12/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/12/16/camara-aprova-reforma-tributaria-e-cria-nova-forma-de-cobrar-impostos-no-pais-o-iva.ghtml>>. Acesso em: 22/04/2024.

CARVALHO, Sandro Sacchet. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2024. Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do primeiro trimestre de 2024. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/massa-salarial/>>. Acesso em: 25/01/2024.

CERBASI, Gustavo. Como organizar sua vida financeira. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

Estadão. 2023. 1% mais rico da população ganha 32,5 vezes mais que a metade mais pobre. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/1-mais-rico-325-vezes-metade-mais-pobre-ibge-nprei/>>. Acesso em: 25/01/2024.

Evergrande, gigante imobiliária chinesa, tem falência decretada pela Justiça de Hong Kong. G1, 29/01/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2024/01/29/evergrande-gigante-imobiliaria-chinesa-tem-falencia-decretada-pela-justica-de-hong-kong.ghtml>>. Acesso em: 13/05/2024.

FMI lista as 20 maiores economias do mundo em 2023; veja posição do Brasil. CNN Brasil, 18/12/2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/fmi-lista-as-20-maiores-economias-do-mundo-em-2023-veja-posicao-do-brasil/>>. Acesso em: 28/04/2024.

FMI – Fundo Monetário Internacional. 2024. World Economic Outlook – Steady but slow: resilience amid divergence – April 2024. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2024/04/16/world-economic-outlook-april-2024>>. Acesso em: 28/04/2024.

FMI – Fundo Monetário Internacional. 2024. GDP per capita, current prices. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/NGDPDPC@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO_WORLD>. Acesso em: 28/04/2024.

FMI – Fundo Monetário Internacional. 2022. Central Government Debt, Percent of GDP. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/CG_DEBT_GDP@GDD/CHN/FRA/DEU/ITA/JPN/GBR/USA>. Acesso em: 13/05/2024.

FERRARI, Hamilton. Poder360, 2023. Número de investidores na B3 sobe para 5,8 milhões em 2022. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/numero-de-investidores-na-b3-sobe-para-58-milhoes-em-2022/>>. Acesso em: 02/06/2024.

MARTINS, Raphael. Crise na Evergrande: porque o mercado está em alerta e quais as possíveis consequências para o Brasil e o mundo. G1, 20/09/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/09/20/crise-na-evergrande-porque-o-mercado-esta-em-alerta-e-quais-as-possiveis-consequencias-para-o-brasil-e-o-mundo.ghtml>>. Acesso em: 13/05/2024.

GFLEC – Global Financial Literacy Excellence Center. 2015. S&P Global Finlit Survey. Disponível em: <<https://gflec.org/initiatives/sp-global-finlit-survey/>>. Acesso em: 28/04/2024.

GFLEC – Global Financial Literacy Excellence Center. 2015. S&P Global Finlit Survey – Methodology. Disponível em: <<https://gflec.org/sp-global-finlit-survey-methodology/>>. Acesso em: 28/04/2024.

Guerra na Ucrânia: Rússia invade o país por terra, ar e mar; 137 foram mortos, e 316 estão feridos. G1, 24/02/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/02/24/putin-autoriza-operacao-especial-no-leste-da-ucrania.ghtml>>. Acesso em: 13/05/2024.

HE, Laura. China deve levar anos para se recuperar de crise do setor imobiliários, diz especialista. CNN Brasil, 08/10/2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/china-deve-levar-anos-para-se-recuperar-de-crise-do-setor-imobiliario-diz-especialista/>>. Acesso em 13/05/2024.

HE, Laura. Maior fraude da história da China: Evergrande é acusada de inflar receitas em US\$ 78 bilhões. CNN Brasil, 19/03/2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/major-fraude-da-historia-da-china-evergrande-e-acusada-de-inflar-receitas-em-us-78-bilhoes/>>. Acesso em: 13/05/2024.

JAPPELLI, Tullio; PADULA, Mario. Investment in financial literacy and saving decisions. *Journal of Banking & Finance*, 2013.
Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0378426613001623>>
KENTON, Will; KINDNESS, David; RATHBUR, Pete. Investopedia. 2024. Debt-to-GDP Ratio: Formula and What It Can Tell You. Disponível em:
<<https://www.investopedia.com/terms/d/debtgdpratio.asp>>. Acesso em: 13/05/2024.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, 2014. 52(1), 5-44.
Disponível em
<<https://gflec.org/wp-content/uploads/2014/12/economic-importance-financial-literacy-theory-evidence.pdf>>

MIATO, Bruna. Brasil volta ao grupo das 10 maiores economias do mundo com resultado do PIB de 2023. G1, 01/03/2024. Disponível em:<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/01/brasil-volta-ao-grupo-das-10-maiores-economias-do-mundo-com-resultado-do-pib-de-2023.ghtml>>. Acesso em: 22/04/2024.

MIGUEL, Rafa. Quando o coronavírus obrigou Boris Johnson a deixar de ser Boris Johnson. *El País*, 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-23/quando-o-coronavirus-obrigou-boris-johnson-a-deixar-de-ser-boris-johnson.html>>. Acesso em: 07/05/2024.

MOLITZAS, Ricardo. IBL – Instituto Brasil Logística. 2024. Desafios logísticos dos portos brasileiros: urgência de investimentos e reformas. Disponível em:<<https://ibl.org.br/artigo-desafios-logisticos-dos-portos-brasileiros/>>. Acesso em: 03/06/2024.

NAKAGAWA, Fernando. CNN Brasil. 2023. Brasil está prestes a ter o maior imposto do mundo. Disponível em:<<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-esta-prestes-a-ter-o-maior-imposto-do-mundo/>>. Acesso em: 22/04/2024.

Os chineses que temem perder tudo com crise de gigante imobiliária Evergrande. G1, 30/09/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/09/30/os-chineses-que-temem-perder-tudo-com-crise-de-gigante-imobiliaria-evergrande.ghtml>>. Acesso em: 13/05/2024.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. 2023. OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy, OECD Business and Finance Policy Papers, No. 39, OECD Publishing, Paris. Disponível em:<<https://doi.org/10.1787/56003a32-en>>. Acesso em: 22/04/2024.

Brasil tem elevada carga tributária e pouco retorno para o cidadão; veja ranking. *O Tempo*, 05/07/2023. Disponível em:
<<https://www.otempo.com.br/economia/brasil-tem-elevada-carga-tributaria-e-pouco-retorno-para-o-cidadao-veja-ranking-1.2982875>>. Acesso em: 22/04/2024.

Ranking Mundial Dívida Pública/PIB. Clube dos Poupadores, 2024. Disponível em: <<https://clubedospoupadores.com/ranking-divida-pib>>. Acesso em: 13/05/2024.

REIS, Tiago. Bolha das tulipas: saiba mais sobre essa marcante bolha especulativa. SUNO, 30/01/2019. Disponível em:<<https://www.suno.com.br/artigos/bolha-das-tulipas/>>. Acesso em: 13/05/2024.

ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. Crise de 1929. FGV CPDOC, 2013. Disponível em: cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRISE%20DE%201929.pdf. Acesso em: 07/07/2024.

ROUBINI, Nouriel.; MIHM, Stephen. A economia das crises: Um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional. Tradução: Carlos Araújo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

O que é o PIB per capita? Santander, 22/11/2023. Disponível em:<<https://www.santander.pt/salto/pib-per-capita>>. Acesso em: 28/04/2024.

SBICCA, Adriana. Heurísticas no Estudo das Decisões Econômicas: Contribuições de Herbert Simon, Daniel Kahneman e Amos Tversky. Estud. Econ. 44(3) Set 2014 Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0101-41612014000300006>>.

SCHREIBER, Mariana. Como a reforma tributária deve impulsionar economia mesmo com potencial de criar ‘maior IVA do mundo’. BBC Brasil, 15/12/2023. Disponível em:<<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51zjzewdjyo>>. Acesso em: 22/04/2024.

SILVA, Daniel Neves. "Crise de 1929". Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/historiag/crise29.htm>. Acesso em 07 de julho de 2024.

TAIOKA, Tainari. A economia comportamental de Daniel Kahneman e a economia institucional de Thorstein Veblen: uma análise dos pontos convergentes. UFPR, 2017. Disponível em < <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/55972>>.

Tesouro Nacional Transparente. 2017. Conheça a Dívida Pública – Como o Governo Paga a Dívida. Disponível em:<<https://www.tesourotransparente.gov.br/videos/a-divida-em-videos/conheca-a-divida-publica-como-o-governo-paga-a-divida-parte-1>>. Acesso em: 13/05/2024.

Tesouro Nacional Transparente. 2017. Conheça a Dívida Pública – Quem Financia a Dívida Pública. Disponível em:<<https://www.tesourotransparente.gov.br/videos/a-divida-em-videos/conheca-a-divida-publica-quem-financia-a-divida-publica>>. Acesso em: 13/05/2024.

VERSIGNASSI, Alexandre. Crash: uma breve história da economia. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.

VIEIRA, Kelmara Mendes; JUNIOR, Fernando de Jesus Moreira; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Indicador de Educação Financeira: Proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. CEDES, 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018182568>>

Helliwell, J. F., Layard, R., Sachs, J. D., De Neve, J.-E., Aknin, L. B., & Wang, S. (Eds.). 2023. World Happiness Report 2023. New York: Sustainable Development Solutions Network.

Disponível em:< <https://worldhappiness.report/ed/2023/>>. Acesso em: 04/07/2024.